

Paulo Roberto Tavares

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NA E CONTRA A ESCOLA



Paulo Roberto Tavares

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NA E CONTRA A ESCOLA



© 2024 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Autor

Paulo Roberto Tavares

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editores e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/MultiAtual

Revisão: O autor

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T231o Tavares, Paulo Roberto
O Uso de Metodologias Ativas no Enfrentamento da Violência Na E
Contra a Escola / Paulo Roberto Tavares. – Formiga (MG): Editora
MultiAtual, 2024. 49 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6009-058-3

DOI: 10.5281/zenodo.10631705

1. Educação. 2. Violência. 3. Escolas. 4. Tecnologias. 5.
Metodologias Ativas. I. Tavares, Paulo Roberto. II. Título.

CDD: 371.93

CDU: 37

*Os conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seu autor.*

Downloads podem ser feitos com créditos ao autor. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.editoramultiatual.com.br/2024/02/o-uso-de-metodologias-ativas-no.html>



**O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENFRENTAMENTO DA
VIOLÊNCIA NA E CONTRA A ESCOLA**

PAULO ROBERTO TAVARES

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NA E CONTRA A ESCOLA

PAULO ROBERTO TAVARES

Obra baseada no

Trabalho de Conclusão Final apresentado como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE no Curso de MASTER OF SCIENCE IN EMERGENT TECHNOLOGIES IN EDUCATION da MUST UNIVERSITY – Florida USA.

Orientadora: Profa. Dra. Eliete Martins Cardoso de Carvalho

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA - Estados Unidos

IES - Instituições de Ensino Superior

MEET - Medical Education Empowered by Theater

OMS - Organização Mundial de Saúde

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

RESUMO

O presente estudo aborda o uso de metodologias ativas no enfrentamento da violência na e contra a escola. Desta forma, a questão geradora de pesquisa é a seguinte: como o uso de métodos e técnicas de metodologias ativas podem contribuir como ferramentas de enfrentamento frente a onda de atentados violentos contra as escolas brasileiras? O objetivo geral consiste em investigar e analisar como as técnicas e métodos de metodologias ativas podem contribuir para o enfrentamento da violência letal contra ambientes educacionais, com foco nos atentados às escolas. Nesse sentido, o trabalho busca refletir propostas pedagógicas baseadas em metodologias ativas de ensino e aprendizagem voltadas a trabalhar em sala de aula temas relacionados à violência escolar, saúde mental e direitos humanos. Além disso, propõe a construção de espaços virtuais socioeducativos e de comunicação, com dinâmicas informativas de debates e discussões, nos quais os alunos atuem como produtores de conhecimento, além de denunciarem anonimamente grupos e fóruns de cultura de ódio. O objetivo específico consiste em levantar e analisar o Estado do Conhecimento na literatura nacional e internacional sobre o tema da violência na e contra as escolas. Sob o prisma metodológico, optou-se por um estudo bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa, podendo ser classificado em seu objetivo como exploratório, combinando elementos teóricos e documentais. Como resultado, a pesquisa evidenciou que as metodologias ativas comprovaram sua capacidade e efetividade em promover um espaço de ação reflexiva, diálogo, escuta e debates, elementos fundamentais para o enfrentamento da violência letal na escola. Concluiu-se que mesmo a escola sendo um espaço privilegiado de interação e sociabilidade entre os indivíduos, como expressão da sociedade, ela também constitui o lugar da reprodução de violências sociais, sendo cada vez mais urgente refletir estratégias pedagógicas de enfrentamento à violência escolar.

Palavras-chave: Violência. Escolas. Tecnologias. Metodologias Ativas.

ABSTRACT

The present study approaches the use of active methodologies in the confrontation of violence in and against the school. In this way, the generating research question is the following: how can the use of methods and techniques of active methodologies contribute as tools to face the wave of violent attacks against Brazilian schools? The general objective is to investigate and analyze how the techniques and methods of active methodologies can contribute to the confrontation of lethal violence against educational environments, with a focus on attacks on schools. In this sense, the work seeks to reflect pedagogical proposals based on active teaching and learning methodologies aimed at working in the classroom with themes related to school violence, mental health and human rights. In addition, it proposes the construction of socio-educational and communication virtual spaces, with informative dynamics of debates and discussions, in which students act as knowledge producers, in addition to anonymously denouncing hate culture groups and forums. The specific objective is to survey and analyze the State of Knowledge in the national and international literature on the subject of violence in and against schools. Under the methodological prism, we opted for a bibliographical and documentary study, with a qualitative approach, which can be classified in its objective as exploratory, combining theoretical and documentary elements. As a result, the research showed that active methodologies have proven their capacity and effectiveness in promoting a space for reflective action, dialogue, listening and debates, fundamental elements for confronting lethal violence at school. It was concluded that even though the school is a privileged space for interaction and sociability among individuals, as an expression of society, it is also the place for the reproduction of social violence, and it is increasingly urgent to reflect on pedagogical strategies to confront school violence.

Keywords: Violence. Schools. Technologies. Active Methodologies.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. METODOLOGIA	13
3. VIOLÊNCIA NA ESCOLA.....	15
3.1 Da Violência Social à Violência Letal Contra as Escolas.....	19
3.2. Fatores de Risco	24
4. DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO	30
5. METODOLOGIAS ATIVAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	35
5.1 Práticas Pedagógicas com Metodologias Ativas	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
7. REFERÊNCIAS	45
<i>O autor</i>	49

1. INTRODUÇÃO

Este ano, o Brasil já assistiu a alguns casos de ataques violentos contra escolas planejados por alunos. Os criminosos invadem os espaços educacionais, portando armas, objetos cortantes etc. com intuito de promoverem uma verdadeira chacina. De 2002 até agora, o país já registrou ao menos 23 atentados letais concretos do tipo. A maioria dos alvos foram escolas públicas, sendo 12 estaduais, 6 municipais, 1 civil militar e 4 particulares.¹

Embora os ataques aconteçam de maneira não sistemática, eles não devem ser encarados de forma isolada, pois apontam para um aumento e enrijecimento da onda de violência que assola as escolas brasileiras há muito tempo.

Partindo dessas primeiras considerações, tem-se questão geradora da pesquisa, a saber: Como o uso de métodos e técnicas de metodologias ativas podem contribuir como ferramentas de enfrentamento frente a onda de atentados violentos contra as escolas brasileiras?² Como hipótese para essa questão, tem-se que, as atividades pedagógicas baseadas em metodologias ativas podem proporcionar espaços de debates e dinâmicas socioeducativas, impactando de forma positiva nas relações interpessoais dentro da escola e nos processos de conscientização dos alunos.

Nesse sentido, o presente estudo aborda o uso de metodologias ativas no enfrentamento da violência na e contra a escola. O objetivo geral é investigar e analisar as contribuições das práticas pedagógicas baseadas em metodologias ativas e mediadas pelas tecnologias no enfrentamento à violência letal que tem sido empreendida contra as escolas brasileiras. O objetivo específico consiste em levantar e analisar o Estado do Conhecimento na literatura nacional e internacional sobre o tema da violência na e contra

¹O levantamento foi feito por pesquisadores da Unicamp. Retirado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/desde-2002-brasil-sofreu-23-ataques-em-escolas-diz-estudo-da-unicamp>.

²Entre 2022 e 2023 o Brasil já teve 5 ataques com mortes em escolas.

as escolas. Como recorte, foram consultados artigos publicados entre os anos 2005 e 2022, com busca realizada nos bancos de dados *Scielo* e *Google Acadêmico*.

As justificativas para este projeto se fundamentam em três argumentos principais. O primeiro deles refere-se à sua dimensão social, uma vez que trata de um tema de grande impacto na sociedade. A violência letal em massa constitui uma grave ameaça à convivência e existência do espaço escolar, bem como um dos maiores desafios da atualidade para as autoridades públicas e os agentes educacionais.

O segundo argumento refere-se à viabilidade da pesquisa quanto ao acesso documental e bibliográfico, disponibilizado pela internet. O terceiro argumento relaciona o projeto ao campo de estudo da pesquisa, uma vez que o tema buscará articular aspectos da realidade da Educação brasileira, como a violência nas e contra as escolas, com as propostas pedagógicas envolvendo metodologias ativas e recursos tecnológicos.

Portanto, a relevância deste trabalho se encontra, sobretudo, em conceber visibilidade às estratégias e experiências socioeducativas empreendidas, principalmente nos espaços virtuais, e aos desafios enfrentados pelas escolas no contexto de Brasil contemporâneo.

O aprofundamento teórico deste trabalho foi dividido em três partes. A primeira aborda os impactos da violência na sociedade e, mais especificamente, na escola; a segunda parte discute as políticas públicas de enfrentamento ao problema da violência em massa no espaço escolar; e a terceira apresenta os resultados e discussões sobre as possibilidades oferecidas pelas metodologias ativas como ferramenta pedagógica para contribuir no combate à violência e construção de uma cultura de paz dentro das escolas.

2. METODOLOGIA

Sob o prisma metodológico, este estudo é de abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e documental, podendo ser classificada em seus objetivos como exploratória e descritiva. De acordo com os ensinamentos de Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida por meio de materiais já publicados, sobretudo, livros e artigos de periódicos e revistas renomadas. A pesquisa bibliográfica é uma etapa básica para qualquer estudo científico, pois ela possibilita ao pesquisador conhecer o conjunto da produção sobre o tema e, conseqüentemente, identificar também as lacunas e as perguntas que ainda não foram respondidas por outros autores.

Contudo, em algumas pesquisas, como o presente estudo, a pesquisa bibliográfica não é apenas uma etapa suporte, mas consiste ela própria na fonte principal para reunião e discussão de dados. Não obstante, Gil (2008) também chama atenção para o fato de que, não raras às vezes, as fontes secundárias apresentam equívocos na coleta ou no processamento de dados que podem comprometer os resultados e serem reproduzidos. Desta forma, é necessário submeter as bibliografias à uma análise crítica criteriosa, e não abdicar do rigor metodológico ao selecionar os textos e artigos a serem analisados.

Na parte bibliográfica, foram analisados artigos científicos nacionais e internacionais publicados entre 2005 e 2022. Vale destacar que o tema sobre violência letal nas escolas abarca um fenômeno que não é novo no mundo, cujas repercussões se fazem sentidas desde a segunda metade do século XX. Isso implica que muitas das pesquisas existentes são datadas do início do século XXI até o momento mais atual.

Dessa senda, este estudo priorizou não delimitar um período específico para o conjunto de materiais bibliográficos consultados, preferindo mesclar diferentes referenciais, clássicos e atuais, o que se justifica porque nos permite, por um lado, ter acesso a um maior conhecimento sobre o assunto e, ao mesmo tempo, um comparativo entre os resultados das pesquisas desenvolvidas.

Para tanto, é feita uma investigação nas bases de dados SciELO, Redalyc e Google Acadêmico, utilizando de descritores e operadores booleano como: Metodologias Ativas AND Violência nas escolas; Atiradores nas escolas AND Violência escolar.

A parte documental é composta por um conjunto baseado em leis e decretos publicadas no Brasil e em outros países, principalmente nos Estados Unidos (EUA), onde os casos de violência contra escolas são recorrentes, além de relatórios publicados por organismos governamentais referentes ao problema dos ataques em massa contra os ambientes educacionais.

Nesse sentido, destaca-se que a pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica, mudando nesse caso à natureza das fontes. “Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Gil, 2008, p. 70).

Dos dispositivos em âmbito Federal têm-se: a Lei 12.645/2012, de 10 de outubro, que instituiu o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas; a Lei 13.185/2015, em vigor desde 2016, e que disciplina o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying); a Lei 13.722/2018, de 04 de outubro, tornando obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil; e a Lei 14.164/2021, instituindo a Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher.

Ainda em relação aos documentos, o Relatório de Inteligência Fatores preditivos da prevalência de ataques em massa (2019) e o Relatório norte-americano Campus Attacks (2010) também são consultados, pois além de revelarem alguns padrões no conjunto de ataques ocorridos, sinalizam para certas experiências de enfrentamento do problema.

3. VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Casos de atiradores e massacres contra e nas escolas brasileiras vêm sendo recorrentes nos últimos tempos, o que têm preocupado não só as autoridades públicas, como também pais, alunos, professores e toda comunidade escolar. A seguir, far-se-á uma breve retrospectiva do que tem acontecido, a fim de contextualizar o problema.

No dia 27 de março de 2023, a professora Elisabeth Tenreiro, de 71 anos, morreu após ser esfaqueada pelas costas dentro da Escola Estadual Thomazia Montoro, em São Paulo, durante um atentado violento cometido por um dos alunos daquela instituição. Além de Elisabeth, outras cinco pessoas também ficaram feridas no ataque. O autor do crime foi um jovem de 13 anos, estudante do 8º ano³.

Mais recentemente, outra tragédia chocou o país. Em 05 (cinco) de abril, a creche particular Cantinho Bom Pastor, que fica localizada em Blumenau, no Vale do Itajaí, Santa Catarina, foi alvo de ataque. O criminoso invadiu o local portando uma machadinha, deixando quatro crianças vítimas fatais e outras cinco feridas. O acusado foi um homem de 25 anos, tendo atacado as vítimas com golpes na cabeça.⁴

Não obstante, casos de ataques às escolas são um fenômeno recente na nossa sociedade, tampouco restrito ao Brasil. De acordo como Lima e Ventura (2019), em “Relatório de Inteligência Fatores Preditíveis da Prevalência de Ataques em Massa”, atos violentos e massacres dirigidos às escolas são experiências que já ocorrem nos Estados Unidos, e em outros contextos, há vinte anos desde o caso chamado *Columbine*, ocorrido em 20 abril de 1999.

Nessa data, dois jovens, com idades de 17 anos e 18 anos, invadiram uma escola pública de ensino médio, a *Columbine High School*, da qual eram alunos, localizada no

³Retirado de: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/adolescente-esfaqueia-professores-e-aluno-em-escola-estadual-de-sao-paulo/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

⁴ Retirado de: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/04/05/ataque-creche-blumenau.ghtml>. Acesso em: 16 abr. 2023.

interior do Estado do Colorado, e assassinaram 13 pessoas, deixando outras 24 feridas⁵. O desfecho se deu com o suicídio dos dois atiradores (De Lima & Ventura, 2019).

Conforme explica Rodrigues (2017), *School shootings* é o termo em língua inglesa usado para denominar o fenômeno dos massacres nas escolas, em que alunos ou ex-alunos tornam sua instituição alvo de ataques, tiroteios, com intuito de vitimar o maior número de pessoas que conseguir.

Ainda, segundo esse Relatório, *Columbine* “abriu uma série de debates nos Estados Unidos e se tornou um emblema mórbido de como proceder em um ataque em massa” (De Lima & Ventura, 2019, p. 13). Isso porque, o massacre de *Columbine* passou a ser uma referência para um movimento de culto à morte, ódio e desprezo pela própria humanidade, que tem aglutinado adolescentes e jovens norte-americanos de diferentes faixa-etárias em torno dessa cultura, que transforma o suicídio em heroísmo e prega a destruição da sociedade, considerada por eles, como sendo doentia (De Lima & Ventura, 2019).

Nessa direção, em 16 de abril de 2007, Seung Hui Cho, de 23 anos, estudante do *Virginia Polytechnic Institute and State University*, localizada em Blacksburg, Virgínia, realizou o que se tornaria um dos tiroteios em escolas mais mortais na história global, deixando 32 vítimas fatais e 17 feridas (Drysdale; Modzeleski, & Simons, 2010). “Esses sujeitos da faixa etária adolescente-juvenil, que praticam esse “culto” e compartilham entre si essa admiração ao caso e aos seus autores, são denominados de “columbiners” (De Lima & Ventura, 2019, p. 14).

De acordo com Relatório *Campus Attacks: Targeted Violence Affecting Institutions of Higher Education*, grande parte dos incidentes ocorreram entre as décadas de 1990 e 2000. Mas, vale destacar que essa pesquisa abrangeu o período do século XX e os primeiros anos do século XXI, de 1900 até o ano da conclusão do estudo em 2008. O aumento nos casos, à época, foi associado à expansão de matrículas nas Instituições de Ensino Superior (IES), bem como a maior cobertura midiática e acesso a relatórios digitais em todo os EUA. (Drysdale, Modzeleski & Simons, 2010).

As experiências norte-americanas apontaram para algumas prevalências. Quanto aos agentes, a maioria dos incidentes foram provocados por apenas um único indivíduo,

⁵ Esses números variam de acordo com as fontes. Por exemplo, Vieira, Mendes e Guimarães (2009) citaram 12 mortos e mais de 30 feridos.

a maioria era do sexo masculino (98%), com faixa etária entre 16 a 62 anos, com idade média de 28. No que tange à afiliação com a instituição, essa foi designada como direta, ou seja, atual ou ex. alunos, funcionários. Porém, também existem casos em que a afiliação foi indireta, como cônjuges e outros membros familiares (Drysdale; Modzeleski, & Simons, 2010).

Não obstante, “[...] a frequência da recorrência do vínculo do autor do ato violento para com a Instituição de Ensino Superior, demonstrou uma maior prevalência de alunos ou ex-alunos, somando 60% dos casos” (De Lima & Ventura, 2019, p. 16).

Um relatório mais recente, intitulado *Mass Attacks in Public Spaces - 2018*, e publicado em 2019, revela certas as continuidades e discontinuidades. O número de ataques contra os ambientes educacionais caiu de 4 (2017) para 3 (2018). Quanto ao perfil dos autores, 93% são do sexo masculino, com faixa etária entre 15 e 44 anos, e prevalência entre 25 e 34 anos de idade.

Embora os massacres às escolas possam ser percebidos por muitas pessoas como fenômenos peculiarmente de fora, as escolas brasileiras já sentem o potencial de dano desses ataques há pelo menos 17 anos, desde 2002, quando em 28 de outubro daquele ano, um jovem de 17 anos de idade disparou uma arma de fogo contra duas colegas na Escola Sigma, em Salvador, vitimadas fatalmente (De Lima & Ventura, 2019).

Alguns autores têm buscado analisar esse fenômeno à luz das teorias sociais. Para Marques (2007), massacres como esses são sintomas de uma sociedade que materialmente desenvolvida tem perdido sua matriz comunitária e senso de coletividade, sendo substituídos por um desejo a qualquer custo por sucesso material e poder.

Ele explica que violências em massa desse tipo costumam a acontecer em sociedades cujo individualismo é crescente, marcadas por uma competição desenfreada, pela emergência do multiculturalismo ético e generalização de um tipo de “analfabetismo” moral (Marques, 2007).

A ausência da construção de laços afetivos e o cultivo de virtudes morais por parte desses indivíduos, cede lugar a vícios correspondentes, como ódio, imprudência, intemperança, e dar vazão a uma moldura mental capaz de planejar e executar os massacres (Marques, 2007).

Pinto Neto (2019), por sua vez, destaca que, embora os massacres compartilhem de características que se ligam às especificidades de cada país, eles adquirem um padrão global, no sentido de que sua fenomenologia traz uma conexão com a emergência da internet, com a imersão do ciberespaço e o estímulo digital.

Contudo, alerta esse autor, não é o conteúdo do jogo propriamente dito que está em questão, mas o estímulo. O assassino em massa é uma manifestação excepcional dessa capacidade que os meios tecnológicos têm de causar mutações na mente humana (Pinto Neto, 2019). Quer dizer também, todos tendemos a sentir os impactos do mundo digital no nosso corpo e psicológico, importa no que isso resultará em cada indivíduo.

Em face a esse problema de dimensões gravíssimas, temas como armas nas escolas no ambiente escolar têm ganhado força entre a literatura nos últimos anos. De acordo com Abramovay e Castro (2005, p. 230):

Consideram-se as armas um construto de violências com dois gumes: a arma gera violências extremas, como ferimentos e mortes; e é um tipo de violência em si mesma, tanto contra sujeitos individualizados – um colega, um professor – através da intimidação e medo, como contra a instituição escolar, que sendo a casa da razão é violentada por uma linguagem que exclui a comunicação, o diálogo, apelando para a imposição da força.

Ainda conforme esses autores, a acessibilidade às armas por parte dos adolescentes e jovens aumenta as possibilidades de conflitos violentos nas escolas. Se observa que, para eles, mais do que proteger-se ou cometer de fato algum crime, esses objetos servem como forma de se reafirmar perante o outro, isto é, intimidar e impor medo, sugerindo exibicionismo e sensação de poder (Abramovay & Castro, 2005).

Diante da emergência atual desse tema, torna-se imprescindível questionar os fatores significativos para que esses ataques aconteçam. Isto é, o que motiva os atiradores e quais os impactos do meio social nessas ações trágicas, afinal, a violência é uma realidade presente na sociedade de forma geral.

3.1 Da Violência Social à Violência Letal Contra as Escolas

A violência é um fenômeno sócio-histórico que se apresenta na sociedade de diferentes formas. Segundo Bonamigo (2008), o significado etimológico, a palavra é originada do latim *violentia*, que remete à vis e significa força, ou ainda potência ou vigor. Desta forma:

A etimologia do termo evidencia a ideia de uma força não qualificada que se torna violência apenas quando passa da medida, quando perturba uma ordem, quando rompe acordos e regras que ordenam relações. A análise do sentido etimológico coloca em relevo que é a percepção do limite que vai caracterizar um ato como violento e essa percepção varia histórica e culturalmente. Portanto, o termo não pode ser definido independentemente de critérios e de pontos de vista, os quais podem ser institucionais, jurídicos, sociais e até pessoais (Bonamigo, 2008, p. 205).

Ainda em relação aos seus aspectos conceituais, de acordo com Braga e Dell'Aglio (2012, p. 413), "a violência é classificada como o uso intencional da força física ou poder, que pode resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, privação, além de prejudicar o desenvolvimento". Essa é a classificação usada pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Embora exista uma tendência de associar a violência ao uso da força física, ela é um fenômeno multifacetado que pode se manifestar de diferentes formas, envolvendo aspectos biológicos, socioculturais, psicológicos e ambientais. Segundo Dahlberg e Krug (2007), o emprego da palavra poder, logo após "uso da força física", refere-se justamente a essa outra dimensão da violência que abarca os atos resultantes de relações de poder, incluindo ameaças e intimidação, bem como atos de omissão e negligência.

Dessa senda, a violência nem sempre se manifesta em atos extremos. Na verdade, esses extremismos muitas vezes acabam sendo o resultado de um conjunto e sequência de outros atos violentos considerados sutis ou até mesmo simbólicos. Ainda explicam esses autores:

Assim, o conceito de "uso de força física ou poder" deve incluir negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico, bem como o suicídio e outros atos auto-infligido. Esta definição cobre uma ampla gama de resultados, incluindo injúria psicológica, privação e

desenvolvimento precário. Ela reflete um crescente reconhecimento entre pesquisadores da necessidade de incluir a violência que não produza necessariamente sofrimento ou morte, mas que, apesar disso, impõe um peso substancial em indivíduos, famílias, comunidades e sistemas de saúde em todo o mundo (Dahlberg & Krug, 2007, p. 1165).

É nesse sentido também que a compreensão do fenômeno da violência, segundo Silva e Ristum (2010), perpassa por compreendermos as condições sociais nas quais ele se acha inserido. Qualquer que seja a dimensão da violência, ela só pode ser apreendida concreta e historicamente contextualizada.

Entre os adolescentes e jovens, a violência também não deixa de ser uma realidade preocupante. Conforme destaca Koury (2011), as incertezas sobre o futuro, as desigualdades e exclusões sociais, a ausência de políticas públicas efetivas para inclusão de milhares de jovens no mercado de trabalho formal, a marginalização social que os exclui e os consideram como indivíduos perigosos a serem negligenciados, são cenários que contribuem para o aumento da exclusão e fazem crescer entre os infantes-juvenis comportamentos agressivos como resposta às adversidades desse ambiente social violento a que estão expostos.

Contudo, é preciso também admitirmos certos cuidados nessa análise para não cairmos em mitos que relacionam a violência estreitamente à pobreza. De acordo com Souza (2015), o papel do sistema econômico e das injustiças sociais é fundamental na compreensão da violência, porém, não são fatores unívocos. Em muitas experiências, a violência constitui uma resposta brutal ao descaso do Estado e desigualdades, não obstante, mas que a tendência é sempre definida em relação à experiência do indivíduo, considerando a forma como lida com o seu meio, suas emoções, frustrações, suas condutas e desvios que são capazes de impulsioná-lo ao caos. Assim, todos são capazes de se mover por um ato violento.

Por outro lado, evidencia-se que a agressividade e comportamentos violentos dos adolescentes e jovens podem ser sintomas de uma resposta à violência estrutural e ambiental a que são expostos. Crianças e adolescentes, por sua vulnerabilidade e dependência, são constantemente submetidos a relações abusivas e ações violentas, em espaços como família, na sua comunidade e dentro das próprias escolas (Souza, 2015).

Aqui, as reflexões sobre o tema se voltam para o fenômeno da violência em ambiente escolar, enquanto expressão da vida em sociedade, esse espaço também é marcado por diferentes formas de violência, como a violência psicológica, a sexual, institucional e a violência física.

Dentre as diversas formas de violência perpetradas dentro da escola, o *bullying* aparece como uma das mais recorrentes. De acordo com Pereira, Fernandes e Dell'Aglio (2022, p. 2), o *bullying* é definido “como violência intencional e repetitiva, praticada por um ou mais educandos e destinada a outros, em uma relação de desigualdade de poder”. A partir dessa definição, pode-se afirmar que seu conceito abarca três critérios fundamentais, a saber: “repetição, intencionalidade e desigualdade de poder” (Pereira, Fernandes & Dell'Aglio, 2022, p. 2).

Ainda em seu aspecto conceitual, complementa Silva (2010, p. 7) sobre o *bullying*:

De origem inglesa e sem tradução ainda no Brasil, é utilizado para qualificar comportamentos agressivos no âmbito escolar, praticados tanto por meninos quanto por meninas. Os atos de violência (física ou não) ocorrem de forma intencional e repetitiva contra um ou mais alunos que se encontram impossibilitados de fazer frente às agressões sofridas. Tais comportamentos não apresentam motivações específicas ou justificáveis. Em última instância, significa dizer que, de forma “natural”, os mais fortes utilizam os mais frágeis como meros objetos de diversão, prazer e poder, com o intuito de maltratar, intimidar, humilhar e amedrontar suas vítimas.

Portanto, o *bullying* é caracterizado pela intencionalidade, relação de poder, agressividade e por sua recorrência. Faz-se um alvo, tido como inferior ou fraco, e sobre ele despeja-se ofensas de toda natureza, além de humilhações, agressões físicas e verbais. “As vítimas são propensas a terem problemas comportamentais e afetivos, dificuldade de relacionamento com o grupo, com consequências negativas como dificuldades sociais, emocionais e acadêmicas” (Marques & Alves, 2022, p.8).

Silva (2010), por sua vez, observou que entre os agressores há um pequeno predomínio do sexo masculino sobre o feminino, porém, alerta também para o fato de que em razão dos padrões sociais de gênero que atribuem aos meninos maior agressividade e força física, as atitudes violentas podem ser mais visíveis, enquanto nas meninas, o

bullying costuma se manifestar mais na forma de intrigas, conflitos e isolamentos, o que pode fazer com que essas ações passem mais facilmente despercebidas entre elas.

O *bullying*, no entanto, não pode ser compreendido como uma mera ação individual, pois envolve valores, sistema de crenças e aspectos culturais forjados no interior da sociedade. Os indivíduos são marcados por experiências coletivas e pelas influências que o meio social no qual se desenvolvem exerce sobre eles. Isso quer dizer também que os aspectos individuais se formam a partir das relações sociais, e dessa forma, toda ação humana não é puramente subjetiva, mas condicionada igualmente pelas diversas interações que constituem os sujeitos ao longo de suas vidas (Pereira, Fernandes & Dell’Aglia, 2022)

Ou seja, desejos, crenças, visão de mundo, traços de personalidade e padrões de comportamento positivos e negativos são características construídas socioculturalmente nos indivíduos. Na escola, os alunos também carregam para dentro desse espaço uma bagagem recheada de suas próprias vivências, sejam elas boas ou ruins, e acabam mesmo reproduzindo preconceitos, discursos de ódio, racismo, Lgbtphobia etc

Ideias de discriminação e preconceito, muitas vezes, se estabelecem no espaço escolar de forma despercebida e mascarada, delineando-se em experiências de violência que acabam ficando impunes, por serem consideradas menos relevantes do que o ato da violência física, ou ainda, porque realmente não são entendidas como manifestações violentas (Souza, 2015).

Nesse sentido, não se pode perder de vista também a questão da violência virtual. Apesar de ser uma ferramenta de forte potencialidade para o campo educacional, o espaço da internet também tem sido amplamente utilizado para disseminação de discursos de ódio, preconceitos e concretização de crimes. Os chamados *cibercrimes* constituem atualmente uma das maiores preocupações do Poder Público no Brasil, já que o país ocupa o segundo lugar no *ranking* mundial entre as nações que mais sofrem com ataques de crimes virtuais.

No que tange ao *bullying* virtual, também conhecido como *cyberbullying*, esse tem sido considerado uma categoria específica da violência, com consequências sem precedentes, devido ao seu caráter mais abrangente que o fenômeno do *bullying*, podendo ocorrer a qualquer momento, e sem o espaço circunscrito presencialmente. Os agentes

dessa prática se valem muitas vezes do anonimato da internet, se escondendo atrás de perfis *fakes*, para disseminar sobre o outro uma série de ataques (Wendt & Lisboa, 2013).

No *cyberbullying*, as ofensas e intimidações têm um alcance ainda maior e pode se propagar de maneira muito rápida, sendo muito difícil o seu controle de propagação. Portanto, suas características específicas, além do anonimato, envolvem ainda a acessibilidade, o medo de que os ataques aumentem impedem a vítima de denunciar e a própria falta de controle de sua difusão (Gonçalves & Oliveira, 2020).

Essa violência tende a se tornar perigosa na medida em que não é controlada por ninguém, não possui regras ou responsabilização dos agentes pelos seus atos, passa a ocorrer recorrentemente no cotidiano escolar e, conseqüentemente, acaba por ser normalizada entre alunos e professores, como se fosse algo da própria adolescência. Justamente essa banalização pode provocar a insensibilidade ao sofrimento alheio e ao desrespeito e invasão ao campo do outro (Souza, 2015)

Em uma análise mais atual do problema, Pereira, Fernandes e Dell'Aglio (2022) demonstram que hoje o *bullying* vem sendo encarado como um problema da maior seriedade entre autoridades públicas e comunidade escolar. O Brasil conta atualmente com um conjunto normativo que busca reduzir a violência social e escolar, envolvendo ações, programas e legislação preventiva.

No caso dos atentados letais contra a escola, de acordo com Vieira, Mendes e Guimarães (2009), histórico de perseguição e *bullying*, ou seja, a violência cotidiana a que estão expostos muitos alunos, parece ser bastante significativo, haja vista que se trata de um elemento destacado no perfil de atiradores das escolas. Assim, faz-se necessário investigar esse e outros fatores de risco que contribuem para que esses ataques aconteçam e sejam perpetrados na sociedade.

Também Abramovay e Castro (2005) corroboram com essa discussão, ao afirmarem que a probabilidade de um aluno que não foi vítima de algum tipo de violência direta levar uma faca para escola é de 0,1% em comparação aos 8% entre aqueles que sofreram ao menos 5 formas de violência dentro do ambiente escolar, reforçando mais uma vez que existe, em muitos casos, uma articulação entre a violência que é sofrida pelos alunos na escola e aquela que é perpetrada contra as escolas.

3.2. Fatores de Risco

A violência letal nas escolas se delinea enquanto uma problemática que demanda bastante atenção, haja vista que cada vez mais as escolas têm se tornado palco para graves conflitos. De acordo com Vieira, Mendes e Guimarães (2009), muitos esforços são feitos no sentido de desvincular as famílias dos atiradores da culpa pelos atentados. Na visão desses autores, isso é bastante compreensível, pois existe uma preocupação por parte das autoridades públicas de se evitar represálias contra os familiares.

Por outro lado, essa escolha tem contribuído para que se dê maior ênfase aos aspectos de casualidade, como se tais comportamentos fossem produto apenas de fatores internos dos próprios agentes, e não resultado de um conjunto de fatores ambientais que, segundo eles, envolveriam padrões midiáticos, contato com ambientes sociais inadequados e, sobretudo, a relação familiar (Vieira, Mendes & Guimarães, 2009).

Crianças e adolescentes podem se tornar menos sensíveis à dor alheia ou ainda amedrontados mediante exposição a programas violentos na televisão. Jogos com conteúdo violento também têm impactado a dinâmica dos infantes-juvenis (Vieira, Mendes, Guimarães, 2009).

Sobre esse assunto, Rodrigues (2017), em sua resenha sobre a tese de doutoramento da socióloga francesa Nathalie Potan, afirma que, estudos acadêmicos internacionais tendem a apontar um efeito de casualidade entre o consumo de bens culturais ultraviolentos, como filmes e jogos, e o desenvolvimento de comportamentos considerados indesejados. Isso significa que, ao expor o público-alvo a um conteúdo de ódio e violência, as mídias também acabariam estimulando a reprodução desses atos. Dessa senda, explica esse autor:

Na versão mais radical da discussão, livros, filmes e jogos violentos são apreendidos como uma formatação para matar, dessensibilizando os consumidores da brutalidade e aumentando sua agressividade. Nessa perspectiva, os *school shootings* são remetidos a um efeito *copycat* (efeito de imitação), no qual as mídias, ao desvelarem um *modus operandi*, incitariam espectadores passivos a agir segundo o mesmo roteiro. Na versão mais atenuada do debate, os bens culturais são entendidos como capitais de um “*script* cultural”: difundindo uma visão hipernormativa da masculinidade no imaginário do público, as indústrias culturais seriam responsáveis por glorificar o recurso à violência e às armas, consideradas

maneiras legítimas de resolver problemas interpessoais e de reestabelecer um *status* social. Aqui, a origem dos *school shootings* estaria numa forma de socialização ligada ao consumo cultural que conduziria à “reprodução” de roteiros difundidos pela indústria cultural (Rodrigues, 2017, p. 1).

Também as mídias digitais são apontadas como agravantes para a violência. Espaços das redes sociais, fóruns, *chatrooms*, bem como espaços ocultos na internet, como a Deep Web, são constantemente apropriados para divulgação de conteúdos violentos. O contingente de informações difundidas, bem como imagens e conteúdos de site sobre violência e suicídio, tem sido facilmente acessado por adolescentes e jovens conectados virtualmente, alcançando esse público de forma rápida e eficiente, de maneira que os tornam ainda mais vulneráveis a essas ações (Abreu & Souza, 2017).

Todavia, nessas versões, há um enfoque demasiado no poder que a mídia tem de formatar o comportamento dos seres humanos, deixando escapar a forma pela qual os próprios indivíduos tendem a se apropriar desses recursos midiáticos. Ainda de acordo com Rodrigues (2017), na perspectiva de Potan, muito mais do que meros reprodutores passivos e influenciáveis das mídias, os atiradores de escolas sabem muito bem utilizá-las como meio para alcançar seus objetivos. Em suma, se até então as abordagens davam ênfase à mídia como ferramenta para incitação da violência, a originalidade de Potan foi identificar a importância da mídia participativa dentro desse processo.

Ou seja, os agentes participam ativamente da produção desses novos conteúdos, eles não são apenas os receptores, mas sobretudo, criadores de *script* ou roteiro de ação, através de *blogs*, diários virtuais, gravação de vídeo áudio etc. A internet se acha, portanto, entre um dos principais redutos para o planejamento e divulgação dos atentados.

Assim, mesmo sendo pertinente considerar a presença midiática como fator possivelmente relacionado aos comportamentos de extremistas nas escolas, ela não deve ser concebida como causa determinante, fazendo-se necessárias as devidas articulações com outros fatores que podem revelar lógicas sociais subjacentes a esses comportamentos, pois cada indivíduo constrói seus próprios padrões interpretativos sobre a realidade que o cerca.

Todavia, não são todos os adolescentes e jovens que ao entrarem em contato com conteúdo de violência desenvolverão uma personalidade agressiva ou comportamento

violento. Ressalta-se que os indivíduos se formam sob contextos sócio-históricos distintos. Daí a importância do meio social na sua formação enquanto sujeitos.

Nesse sentido, Vieira, Mendes e Guimarães (2009) nos chama atenção para o fato de que tão importante quanto atentarmos aos perfis psicoemocionais dos atiradores, é nos preocuparmos com as condições concretas que compõem os meios onde os massacres se efetivaram.

Segundo explicam, muitos estudantes não se acham preparados para conviverem em determinados ambientes sociais, como a própria escola (Vieira, Mendes & Guimarães, 2009), haja vista que esse ambiente pode ser um espaço muito hostil, marcado por preconceitos, discriminações e exclusões que causam consequências perversas nos indivíduos, como o sofrimento psicoemocional.

A segregação a que são expostos muito estudantes, acabam impedindo que vivenciem interações sociais no espaço escolar, interações necessárias para que se identifiquem com o ambiente, construam noções acerca da convivência e desenvolvam uma filosofia moral, isto é, noções de valores e condutas corretas.

O papel da família é imprescindível, como canal de diálogo e orientação, não obstante, nem sempre ele é cumprido. Vieira, Mendes e Guimarães (2009) alertam, contudo, que isso não significa dizer que os pais são a causa da tragédia. Porém, nos vídeos gravados pelos adolescentes responsáveis pelo atentado em *Columbine*, apesar de demonstrarem remorsos pelos genitores e afirmarem que esses não teriam qualquer poder de impedi-los, suas falas também revelavam genitores negligentes, e que, mesmo afetuosos, não os monitoravam ou impunham limites e orientações significativas.

Isso complexifica a análise, ao levantar a suspeita de que a manutenção do afeto positivo, em si, não é contribuição suficiente dos pais para o desenvolvimento dos filhos (apesar de necessária). O monitoramento, estabelecimento de limites e orientações claras, parece ser imprescindível. Uma forte evidência disso são as descrições que aparecem nos vídeos, das armas e bombas que os adolescentes guardavam em seus próprios quartos, de forma absurdamente fácil de serem encontradas (Vieira; Mendes & Guimarães, 2009, p. 497).

A fase infanto-juvenil é bastante complexa para os indivíduos, pois se trata de um momento de transição, da infância para a adolescência, e da juventude para vida adulta.

Nesse contexto, como afirmam Wigg et al., (2020), os indivíduos se deparam muitas vezes com questões pessoais cada vez mais complexas, como carreira, crises existenciais, mudanças físicas, relacionamentos afetivos, necessidade de aceitação social, ansiedade com relação ao futuro etc.

É também nessa fase que tendem a adquirir maior maturação para compreender e questionar sua realidade social, ou até mesmo inteirar-se dos debates e conflitos sociopolíticos, desenvolvendo opiniões e leitura de mundo próprias (Wigg et al., 2020). Todas essas transformações exigem cuidados e acompanhamentos adequados da família, que deve atuar como um canal de diálogo e orientações precisas para formação plena desses indivíduos.

Contudo, nem sempre adolescentes e jovens encontram nos familiares esse elemento orientador. Sem esse acompanhamento familiar e institucional, adolescentes e jovens se tornam ainda mais vulneráveis a desenvolverem sofrimentos socioemocionais, que podem carregar ao longo de suas vidas.

As realidades das famílias contemporâneas são multifacetadas, sendo quase impossível conhecer todas elas. Porém, é possível traçar alguns modelos. Ponciano e Féres-Carneiro (2014) nos lembram que a realidade de muitos pais e mães é que passam grande parte do tempo dedicando-se aos seus empregos, com extensa jornada de trabalho, muitas horas em transporte público, ou ainda exercendo mais de uma profissão, buscando renda extra para sua sobrevivência e de sua família.

Em razão desse cotidiano cansativo, muitos acabam por ausentar-se da criação, formação e educação de seus filhos, que terminam se desenvolvendo por conta própria, sem a presença participativa de seus genitores ou responsáveis (Ponciano & Féres-Carneiro, 2014).

O distanciamento dos pais faz com que eles não só se ausentem da rotina dos filhos, como também não sejam capazes de identificar o seu sofrimento mental.

A presença de pais atuantes e reflexivos no cotidiano dos filhos pode contribuir para que modelos de vingança e interpretações distorcidas de atos heroicos violentos sejam questionados e modelos adequados sejam construídos e apresentados aos filhos. Da mesma forma, pais presentes, que interagem e se dedicam afetivamente aos filhos têm condições de identificar que tipo de relações eles vêm estabelecendo em seu cotidiano

(Há sinais de que possam estar sendo vítimas de bullying? Há carência de afeto?), de identificar elementos de risco (interesses por armas, textos, vídeos, e materiais que possam influenciar a construção de percepções distorcidas da realidade), e assim proceder com as intervenções e cuidados pelos quais são responsáveis (Vieira, Mendes & Guimarães, 2009, p. 499).

A violência familiar também constitui um dos fatores preponderantes para prejuízos no desenvolvimento das crianças. Na medida em que são expostas a violência na família, elas também se tornam alvo mais fáceis da violência nas escolas.

Os atentados em massa contra as escolas carregam características bastante comuns entre si: perpetrado por pessoas do gênero masculino, homens ou meninos, brancos, atraídos por discursos extremistas e racistas (Pinto Neto, 2019).

Especialistas sinalizam para alguns fatores a impulsionar esse tipo de tragédia: aumento do uso de jogos *online*, fóruns e grupos nas redes sociais, que expõem cada vez mais os jovens à radicalização dos discursos de ódio, além da integração massiva da internet na vida dos indivíduos cada vez mais cedo⁶.

Ressalta-se que nos últimos anos intensificou-se bastante os discursos de ódio perpetrados na internet. Segundo reportagem, as denúncias que envolvem esse tipo de crime cresceram em 67,5% no primeiro semestre de 2022, ano eleitoral, em comparação com o mesmo período de 2021⁷. Embora já exista uma legislação voltada a disciplinar o comportamento nas redes, Lei 12965/, de 23 de abril de 2014, chamada de Marco Civil da Internet, esses crimes continuam sendo perpetrados.

Os discursos de ódio não são apenas práticas discursivas, delineando-se em prática social que reutiliza da linguagem e da comunicação para perpetrar violências (Santos & Silva, 2016). Em razão da incidência de posições intolerantes nas redes, aumentam também os crimes de ódio, não somente na sua forma de discursos, ou seja, na agressão verbal ou escrita, mas em ataques à integridade física das pessoas (Quadrado & Ferreira, 2020).

⁶Retirado de: <https://www.dw.com/pt-br/ataques-a-escolas-no-es-deixam-ao-menos-3-mortos/a-63892454>. Acesso: 19 abr. 2023.

⁷A matéria foi Retirada de <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/08/29/crimes-de-odio-na-internet-crescem-ate-650percent-em-ano-eleitoral.ghtml>. Acesso: 20 abr. 2023.

Conhecer esses fatores, bem como procurar entender a dinâmica concreta dos atos de violência letal nas escolas em contexto de Brasil, se torna fundamental para que as autoridades públicas e a comunidade escolar, e toda a sociedade, possam refletir, propor, formular e implementar políticas de prevenção à violência em massa nas escolas. Apesar de haver motivações e natureza distintas entre as diversas realidades brasileiras e de outros países, essas tragédias também conseguem sinalizar para continuidades.

4. DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO

No contexto nacional, visando o combate à violência na escola, identificam-se algumas leis referentes ao tema. Três dessas abarcam especificamente a questão do *bullying* escolar, sendo elas: Lei n.º 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*) e cuja origem se delinea no Projeto de Lei n.º 5.369/2009. Sua natureza é de caráter preventivo, tendo como objetivos ações que versam capacitação de docentes e equipes pedagógicas, campanhas educativas de conscientização e informação, oferecimento de assistência psicológica e promoção de cidadania (Brasil, 2015).

A segunda lei nesse sentido é a de n.º 13.277/2016, que institui o dia 07 de abril como Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência na Escola, de caráter informativo, dando maior visibilidade para esse fenômeno social. A terceira é a Lei n.º 13.663, de 14 de maio de 2018, altera a Lei n.º 9.394, para incluir como dever da escola a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e cultura de paz.

Existe ainda no Brasil uma lacuna quanto às leis específicas de combate ao *ciberbullying*. De acordo com a Lei n.º 13.185/2015, o *cyberbullying* consiste na intimidação sistemática realizada por um indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas por meio da rede mundial de computadores (Brasil, 2015). Apesar da definição legal, na prática, ainda são muitos os desafios para punibilidade desse delito.

No âmbito de responsabilidade civil, são aplicadas algumas normativas já existentes na legislação em relação ao *cyberbullying*. Nesses casos, os pais não podem alegar de que não sabia das ações dos filhos na internet, pois entende-se que é de sua responsabilidade tal supervisão. Assim, quando há danos causados pelos menores, cabem aos pais pagar indenização à vítima, em consonância com artigo 932, inciso I, do Código Civil Brasileiro (Gonçalves & Oliveira, 2020, p. 313).

O ordenamento brasileiro possibilita também a aplicação por analogia, adaptando condutas criminosas virtuais aos dispositivos penais existentes. Em relação ao cyberbullying, têm-se as seguintes disposições, de acordo com Gonçalves e Oliveira (2020, p. 314):

Difamação: previsto no art. 139 do CP, ocorre quando o agente espalha boatos sobre terceiros como, por exemplo, “fulano é burro porque foi mal na prova”. Injúria: presente no art. 140 do CP, ocorre quando o agente insulta terceiro considerando suas características ou utiliza apelidos grosseiros como, por exemplo, “ele é imbecil”. Constrangimento ilegal: encontra-se no art. 146 do CP, ocorre quando o agente constrange ou reduz alguém por qualquer meio, não fazendo o que a lei permite ou manda. Ameaça: disposto no art. 147 do CP, ocorre quando o agente intimida terceiro, fazendo com que a vítima tema por sua segurança. Falsa identidade: previsto no art. 307 do CP, quando o agente usa a identidade de outra pessoa para ter vantagem ou para praticar ato ilícito. Racismo: presente no art. 20 da Lei nº 7.716, sancionada em 5 de janeiro de 1989, ocorre quando o agente comenta de forma negativa sobre raças, religiões e etnias de forma preconceituosa em chats, e-mails, entre outras redes sociais.

Ao lado delas, citam-se outras medidas nacionais, ainda no âmbito legislativo, com objetivos de combater à violência no ambiente escolar. Constam a Lei nº 12.645, de 16 maio de 2012, que instituiu o dia 10 de outubro de como Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas, também de natureza informativa; e a Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que institui a Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher e inclui o conteúdo sobre a prevenção da violência nos currículos de educação básica.

Pode-se observar que tais medidas abarcam uma dimensão pedagógica e preventiva importante, se afastando de uma perspectiva meramente punitivista da violência. Nesse sentido, Pereira, Fernandes e Dell’Aglio (2022), avaliaram tais iniciativas positivamente, pois revelam que o combate à violência escolar não se dá exclusivamente por meios punitivistas, mas abarca sobretudo um processo educativo de conscientização, baseado na reflexão e construção de valores, e na formação da cidadania, sem tornar a repressão um elemento imperativo dentro das escolas.

Parte-se, portanto, de uma preocupação com a formação social do indivíduo, reforçando o papel da escola como instrumento para construção de dinâmicas saudáveis e cultura de paz. Com relação à questão específica dos atentados às escolas, mais

recentemente, após a onda de novos ataques, o Governo Federal anunciou algumas medidas de enfrentamento do problema.

Foi criado um grupo de trabalho com intuito de pensar e formular ações voltadas para a cultura de paz e combate à violência dentro das escolas e na sociedade. O grupo é coordenado pelo Ministério da Educação, mas envolverá ações conjuntas com os ministérios da Justiça e Segurança Pública, Saúde, Esporte, Cultura, Comunicações, Direitos Humanos e Secretaria-Geral da Presidência (Lira, 2023).

Dentre as iniciativas admitidas, discute-se ainda a regulamentação das redes, para tanto, prevê a criação de um grupo emergencial dentro do Ministério da Justiça para monitoramento da chamada *deep web*, espaço da internet em que grupos de crimes organizados se articulam de maneira anônima.

Ademais, outras medidas foram a liberação de R\$150 milhões de reais para ampliar o patrulhamento nas escolas em todo o país, com reforço policial e ampliação da atuação das rondas escolares; a criação de um disque denúncia para relatar casos suspeitos de ataques às escolas; e a elaboração de um protocolo de emergência para orientar profissionais da educação sobre como agir em caso de novos ataques (Lira, 2023). Sob o prisma da segurança e prevenção, o site oficial do planalto divulgou a prisão de 225 pessoas, além da remoção de 756 perfis em redes sociais⁸.

Dessa senda, ao compararmos as medidas nacionais com aquelas adotadas nos Estados Unidos, primeiramente observamos maiores investimento das políticas norte-americanas em tecnologias de segurança.

De acordo com Côrrea (2019), o mercado norte-americano de equipamento e serviços de segurança para setor da educação movimentou US\$2,7 bilhões de dólares, cerca de R\$10,3 bilhões em reais, só no ano de 2017. Além do investimento em câmeras de segurança, as escolas norte-americanas vêm reforçando a segurança por meio da instalação de detectores de metais, portas reforçadas, software de reconhecimento facial, coletes, mochilas e até lousas à prova de bala.

Todavia, especialistas apontam que apesar do investimento em recursos tecnológicos de segurança, o país não tem conseguido reduzir a violência no espaço

⁸Retirado de: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/governo-anuncia-mais-r-3-1-bilhoes-para-prevencao-a-violencia-nas-escolas>. Acesso: 20 abr. 2023.

escolar. Lopes e Rossato (2023) afirmam que pesquisas conformativas, isto é, comparativas, têm apontado que o emprego de policiais não demonstra capacidade de melhorar a segurança das escolas públicas dos EUA.

A análise comparativa entre escolas que aumentaram o número de policiais e aquelas que não aumentaram comprova justamente o contrário, ou seja, a presença de maior número de agentes aparece associada ao aumento dos relatos de crimes violentos. Ainda, segundo os autores supracitados, tal medida tem tido um caráter mais reativo do que preventivo.

No caso dos crimes que envolvem armas e drogas, a pesquisa encontrou um aumento dos relatos. Os autores também detectaram um crescimento de crimes violentos não graves registrados pelas autoridades públicas nas escolas que aumentaram o número de policiais, sugerindo assim que situações disciplinares poderiam estar sendo redefinidas como problemas criminais (Lopes & Rossato, 2023, p. 5).

Apesar de buscar por medidas de conscientização, no Brasil, não obstante, sempre que os episódios de ataques chegam à tona e ganham visibilidade, muito também se fala sobre enrijecimento da segurança pública dentro das escolas, com apelo a um forte policiamento tácito e ostensivo para coibir ações do tipo⁹.

Todavia medida tem se mostrado incapaz de atacar o problema em sua raiz, constituindo um mecanismo de confronto direto, mas que nada diz respeito a um trabalho pedagógico de prevenção e conscientização aos ataques violentos dentro das escolas.

Como destaca Mennocchi (2019), a escola não deve ser um espaço reduzido à repressão e punição policial. Assim é que também se faz necessário refletir as diferentes dimensões presentes na violência que ultrapassam a punição, em direção a propostas de intervenção na escola e por meio dela.

Mais especificamente em relação ao campo da Educação, Kappel et al. (2014) destacam o papel da comunidade escolar no enfrentamento desse cenário de violência e ataques. No entanto, isso não significa retirar ou deslocar das autoridades públicas a

⁹Após o episódio do dia 27 de março de 2023, o governador de São Paulo anunciou a presença mais ostensiva da Polícia Militar dentro das escolas. Retirado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/professora-morre-e-5-pessoas-sao-feridas-em-ataque-contra-escola-em-sp>. Acesso em: 20 abr. 2023.

responsabilidade de se efetivar respostas concretas a este grave problema que acontece nas escolas brasileiras, mas busca, por outro lado, promover uma reflexão crítica acerca da contribuição que práticas pedagógicas inovadoras podem empreender para a construção de um ambiente escolar humanizado e não violento.

É precisamente nesse aspecto que destacamos a importância das práticas pedagógicas baseadas em metodologias ativas mediadas por recursos digitais e tecnologias de comunicação e informação, podendo elas mesmas servirem como canais alternativos de interação e meios socioeducativos.

5. METODOLOGIAS ATIVAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

A violência nas escolas é um elemento multidimensional, que envolve um conjunto de fatores, e de tal forma, também demanda ações amplas, que considerem os indivíduos em seus aspectos cognitivos, sociais e psicoemocionais. Nesse sentido, destaca-se a importância de atividades inovadoras no interior do espaço escolar, visando maior interação e melhorias nas relações interpessoais entre os sujeitos. Torna-se, portanto, cada vez mais indispensável revisitar práticas pedagógicas que promovam uma educação humanística e formação plena dos indivíduos.

A educação é um dos setores que mais passou por mudanças significativas nas últimas décadas, associadas em grande medida aos avanços nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), bem como marcadas por transformações industriais, globalização, expansão do ensino público e outros elementos que demandaram a construção de novas formas de aprendizagem (Marques et al., 2021).

Dessa forma, o aprendizado ativo emerge como uma das alternativas mais promissoras para a oferta de uma educação colaborativa, motivadora e capacitada para corresponder a grande parte das expectativas e desafios apresentados pela comunidade escolar. De acordo com Marques et al. (2021, p. 720), “o aprendizado ativo, em relação aos métodos mais tradicionais, é mais eficaz por aumentar a compreensão dos alunos sobre conceitos difíceis de serem apreendidos”.

Nesse contexto, segundo Furtado (2020), as metodologias ativas são técnicas pedagógicas baseadas em atividades instrucionais, nas quais o aluno passa a ser o sujeito ativo na produção do conhecimento, o desafio é o ponto de partida e o professor atua como mediador do processo ensino-aprendizagem (Furtado, 2020).

Gomes et al., (2020) complementam afirmando que são ferramentas e práticas disseminadas em espaços educacionais que se acham fundamentados em experiências concretas ou simuladas, em contato com a realidade objetiva em suas diversas dimensões.

Trata-se do entrelaçamento do conteúdo teórico com a prática social, buscando promover autonomia, desenvolver a consciência e impulsionar o engajamento dos alunos.

Para Cunha et al. (2022) as metodologias ativas se referem a um conjunto de práticas pedagógicas que objetivam facilitar a aprendizagem dos estudantes e, paralelamente, possibilitá-los uma educação crítica e problematizadora da realidade, a partir do redirecionamento do estudante para o centro de todo o processo de formação do conhecimento. Esses tipos de abordagem, que trazem os alunos para o centro da produção do conhecimento, demandam também que eles desenvolvam uma nova postura frente ao ambiente escolar e novas relações com os professores e colegas.

As metodologias ativas fazem parte de um processo de reflexão que se inicia no século XXI sobre como a Educação pode se articular as novas necessidades dos tempos presentes, demandas sociais e pedagógicas que trazem no seu bojo o desenvolvimento tecnológico, o maior acesso à internet e os impactos das redes sociais na aprendizagem dos estudantes.

De modo geral, podemos dizer que as MAs trazem consigo o enfoque problematizador como uma estratégia didática voltada para integração de saberes teóricos e práticos na perspectiva de uma atitude crítica e reflexiva. Nesta condição, as práticas devem estar centradas no estudante e não no professor, sendo este último um mediador do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, tais práticas e perspectivas teóricas não são novidade no campo da educação e ensino (Cunha et al., 2022, p. 2).

Outras caracterizações sobre metodologias ativas também podem ser encontradas na literatura nacional. Conforme Amaral, Martins e Silva (2020), uma das principais características do método ativo é autoaprendizagem, pois os alunos não recebem o conhecimento, mas eles atuam diretamente na sua construção.

São atitudes que têm como objetivo oportunizar a escuta dos alunos, bem como valorizar suas ações em sala de aula, criar um ambiente de diálogo e compartilhamento, bem como estimulá-los a serem mais participativos no cotidiano das escolas e no processo ensino aprendizagem. Esses autores, no entanto, alertam que nem sempre é fácil incorporar tal abordagem. Cumpre observar que:

A utilização de métodos que motivem e engajem os alunos é geralmente tida como benéfica para o processo de aprendizagem. Entretanto, para o sucesso dessa atividade, tanto é importante que os alunos queiram aprender e que se interessem pelo que está sendo estudado, quanto é necessário não superestimar esta variável sem que se realize uma investigação prévia das condições concretas de trabalho (Amaral; Martins & Silva, 2020, p. 34).

As metodologias ativas dizem respeito à construção procedimental de uma concepção pedagógica que impulsiona o processo de ação-reflexão. Existem inúmeros tipos de metodologias ativas, gamificação, a aprendizagem baseada em problema, aprendizado por projeto e sala de aula invertida são alguns dos exemplos mais conhecidos. Dentre a pluralidade de metodologias existentes, faz-se necessário optar por aquela que melhor se adequa a realidade e estágio das turmas (Garcia, Oliveira & Plantier, 2019).

Na aprendizagem por problematização, o professor apresenta à turma um problema próximo da realidade ou simulado na área do conhecimento, integrando temas fundamentais que criem condições favoráveis ao preparo do estudante para atuar no campo profissional e na sociedade. Os temas podem ser estudados individual ou coletivamente e sua discussão é feita em grupo, onde os alunos compartilham as ideias (Macedo et al., 2018).

O uso dessas metodologias não necessariamente implica na integração de recursos tecnológicos, porém, entre as competências que tais ferramentas buscam desenvolver nos alunos está justamente a utilização estratégica das novas tecnologias (Mota & Rosa, 2018).

As Tecnologias da Informação e Comunicação têm sido cada vez mais integradas em contextos de ensino escolar. Acompanhando o desenvolvimento da era digital e o boom da internet a partir da década de 1990, surgem os “nativos digitais”, uma geração altamente conectada com as redes (Garcia, Oliveira & Plantier, 2019).

Para incorporar as TIC, segundo Garcia, Oliveira e Plantier (2019), os professores precisam desenvolver habilidades e competências, de modo que se coloque enquanto coordenador de aprendizagem. Ele precisa atualizar suas metodologias e estar aberto a aprender com os seus próprios alunos. Deve incorporá-las e saber utilizá-las numa perspectiva didática, a partir de um planejamento pedagógico baseado na autonomia, no

trabalho coletivo em sala de aula, valorizando a construção do conhecimento ao invés da mera reprodução.

5.1 Práticas Pedagógicas com Metodologias Ativas

Como se vê, as metodologias ativas apresentam, ao menos em sua proposta, potencialidades relevantes para a construção de um ambiente escolar colaborativo, em que os alunos desenvolvam maiores interações entre eles e com os professores. Essa tendência nos leva a refletir como o uso dessas metodologias pode contribuir para a construção de uma cultura de paz em sala de aula e combate à violência na e contra as escolas. Abordando o tema, Furtado (2020, p. 32) destaca que:

As metodologias ativas caracterizam-se por colocar o aluno em movimento na busca por respostas ou na construção de projetos e modelos. Isso exige o estabelecimento de um clima de interesse, curiosidade e postura ativa na busca do conhecimento. Uma vez envolvidos nas atividades de aprendizagem, os alunos enchem a escola de sentido e se apropriam afetivamente do ambiente escolar. Essa postura afetiva e comprometida favorece, em muito, a mudança de atitude dos alunos no sentido de valorizar a escola e os professores.

Assim, compreende-se que, os trabalhos com metodologias ativas permitem levantar valores necessários a construção do convívio escolar, tais como o diálogo em sala de aula, grupos de discussão em rede, fóruns de debates sobre o tema da violência, produção de vídeo áudio, escrita crítica e criativa.

São atividades nas quais os alunos possam ser convocados a produzirem e, na medida em que produzem, desenvolvam mudanças positivas nos seus relacionamentos interpessoais. Através destas, há a possibilidade de se abordar temas complexos sobre a realidade do aluno e da comunidade escolar na qual ele se acha inserido. Tais intervenções devem ocorrer no sentido de possibilitar espaços de reflexão e minimização de um repertório de comportamentos agressivos, criando condições favoráveis para conscientização sobre a prática da violência e nas escolas (Faraj et al., 2021).

Diante dessas potencialidades, para Gomes et al. (2020), as metodologias ativas de ensino e aprendizagem podem configurar importantes ferramentas para o enfrentamento

da problemática da violência escolar, a partir de suas múltiplas possibilidades, tais como: filmes, discussões, Estudo de Caso, Mapa Mental, Fórum, Portfólios, Oficinas, Teatro etc.

Nas palavras desses autores:

A escola da educação básica possui condições de planejar e propor ações reflexivas e práticas de enfrentamento e combate às diversas formas de violência que permeiam o entorno escolar. Essas práticas e ações encontram campo fértil nas diferentes técnicas de metodologias ativas, por exemplo, a saber, em formulação de atividades em grupos operativos e/ou reflexivos, estudos de caso, fóruns de discussão abordando a temática da violência escolar, bem como a promoção da saúde nas escolas e da cultura de paz nas relações escolares (Gomes et al., 2020, p. 70889).

Uma perspectiva estratégica é refletida na mediação de conflitos. Nesse sentido, a formação de grupos de discussão entre professores e alunos, grupos operativos, reflexivos e fóruns virtuais, são identificados como ferramentas para essa mediação.

Assim, a educação ultrapassa os limites das salas físicas para situar-se na relação direta entre professor e aluno. Importa igualmente que uma variedade de recursos seja articulada à formação pedagógica, como a internet e diferentes meios digitais, pois isso é fundamental para a construção de diferentes espaços onde o ensino e a aprendizagem sejam valorizados (Gomes et al., 2020).

A mídia tem sido apontada como um fator de risco para a violência juvenil. Nesse sentido, ressalta-se a importância de a escola se colocar enquanto mediadora de uma reflexão crítica acerca dos conteúdos violentos veiculados aos meios de comunicação. Entende-se que as tecnologias não são apenas um meio, ou seja, uma ferramenta para a aprendizagem, mas elas próprias constituem objeto dessa aprendizagem, no sentido de que se deve submetê-la ao crivo analítico dos estudantes. Esse discernimento crítico em relação às mídias pode contribuir para a prevenção da violência nas diversas esferas da sociedade, inclusive na escola (Faraj et al., 2021).

Outra dimensão das metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem está no fortalecimento de uma cultura de paz dentro das escolas. As escolas podem se valer das estratégias de projetos educativos que promovam além do diálogo e do contato mais próximo entre a comunidade, a conscientização acerca do respeito às diferenças e combate aos preconceitos.

Nesse contexto, a produção de conteúdo virtual configura uma estratégia para desenvolvimento do protagonismo juvenil. Atualmente, os alunos estão cada vez mais produzindo vídeos para a internet, o que pode ser amplamente utilizado para se criar uma consciência coletiva nos espaços das redes. Visando empoderar os adolescentes e jovens, as metodologias ativas podem ser utilizadas no sentido de provocá-los a se expressarem e se defenderem de ataques dentro das escolas. Nessa direção, Andrade e Frutuoso (2022) sugerem o trabalho com oficinas de jogos teatrais, utilizando-se a metodologia MEET (Medical Education Empowered by Theater).

Nessa metodologia, os temas selecionados são trabalhados de maneira artística, reunindo um conjunto de atividades que envolvem as seguintes etapas: ativação de conhecimento e experiências prévias, que é o momento de perguntas abertas para socialização do tema com os alunos; aquecimento, fase em que é proposto o repertório de jogos buscando entrosamento entre os participantes; improvisação de cenas temáticas, é quando os estudantes se reúnem para decidir quais serão os personagens e as situações que irão retratar; *debriefing*, momento logo após a apresentação da cena, em que todos começam a refletir e discutir sobre o que foi feito e assistido (Andrade & Frutuoso, 2022).

No trabalho feito pelas autoras supracitadas, os temas tratados versaram o *bullying*, mas não fizeram referência direta, pois assim, os alunos poderiam efetivar respostas automáticas. Para operacionalizar os objetivos, foi proposto um conjunto de temas relacionados à essa problemática: “o eu, o outro e o nós”. A partir disso, na fase de ativação prévia, foi questionado aos alunos “Como saber o que a gente gosta ou não gosta?” (Andrade & Frutuoso, 2022).

Com essa questão, buscou-se estimular os estudantes a se perceberem, identificando situações frente as quais não se sentissem confortáveis e devessem se posicionar. Já na fase do aquecimento, caminhada pelo espaço escolar e jogo do espelho foram algumas das estratégias.

Jogo do espelho é um jogo realizado em dupla em que as pessoas devem ficar de frente uma para a outra. O jogo começa com uma das pessoas realizando ações enquanto a outra tenta reproduzir simultaneamente as mesmas ações como se fosse um reflexo do espelho. Para essa oficina, foram propostas as seguintes questões durante o jogo: “como respeitar o limite do corpo do outro?”, “Qual a velocidade em que posso ir?” (Andrade & Frutuoso, 2022, p. 64).

Na fase seguinte, as professoras trabalharam com o método de cenas guiadas. Enquanto um aluno narra os acontecimentos, outros entram em cena e interpretam aquela narração, podendo se utilizar de objetos a disposição. Outra atividade foi o Teatro Imagem, que consiste em criar uma imagem que represente uma opressão e, coletivamente, encontrar outra imagem que “resolva” a situação problema opressora. Assim, sem se utilizar das palavras, apenas das imagens, busca-se imaginar cenas nas quais fossem possíveis solucionar uma situação de opressão ou ao menos minimizá-la (Andrade & Frutuoso, 2022).

Ainda sobre a proposta, explicam as autoras:

A ideia principal nunca foi erradicar o *bullying* da escola, mas sim propor espaços para o debate, para a reflexão, para o diálogo, com o intuito de se encontrar caminhos para a solução, a partir da consciência de que nossas ações refletem nas outras pessoas incentivando o cuidado e a cordialidade entre os estudantes, observando que, além de existir um caso grave e real de *bullying* naquele ambiente, também era comum que, entre eles, houvessem muitas discussões exaltadas e que eles se tratassem com bastante falta de respeito, mesmo entre os amigos, o que podia ser observado desde as idades iniciais (Andrade & Frutuoso, 2022, p. 66).

Como resultados dessas iniciativas, as autoras destacaram que, embora as mudanças não ocorram do dia para noite, logo após a aplicação dessas oficinas, acontecimentos significativos puderam ter sido notados. Segundo elas, o trabalho foi capaz de despertar nos participantes um olhar mais sensível e observador para com os colegas. Um dos casos mais impressionantes foi de uma aluna, que após as atividades, ao identificar o seu sofrimento por conta do *bullying*, conseguiu o expor para os colegas de sua turma (Andrade & Frutuoso, 2022).

Muitos colegas tornaram-se aliados da menina na luta contra o *bullying* que acontecia com ela, ou seja, deixaram de ser espectadores daquelas atitudes para se posicionarem contrários. Na contrapartida, as meninas que praticavam essa postura opressora com a colega pediram transferência da escola, por considerer que estavam sendo injustiçadas pelos demais colegas, porém eles não mais admitirem com tanta facilidade aquele tipo de comportamento (Andrade & Frutuoso, 2022).

De fato, as experiências relatadas por essas autoras são demonstrações concretas de como o uso de metodologias ativas podem contribuir para uma nova tomada de atitudes por parte dos alunos. Faz-se, portanto, mudar o olhar estático sobre a escola, a sala de aula e alunos. É preciso acreditar nas mudanças e empreender caminhos para que elas aconteçam.

Na mesma direção Oliveira e Miranda (2021), relataram uma experiência referente à oficina “Práticas participativas de abordagem à violência contra crianças e adolescentes”, ministrada entre abril e junho de 2019. Segundo as autoras, as metodologias ativas se mostraram efetivas, sobretudo, os momentos lúdicos que envolveram jogos e produção de vídeos por parte dos estudantes.

Na prática “O que você sabe e o que eu sei?”, perguntas sobre os tipos de violência contra crianças e adolescentes, os possíveis sinais de reconhecimento dos casos e forma de classificá-los foram colocadas dentro de balões. A partir daí, um participante por vez se levantava e estourava um balão para ler a pergunta em voz alta e questionar em grupo a resposta. Esse momento foi relevante para a construção de uma definição de violência baseada no que os participantes já haviam vivenciado, além de permitir a percepção da violência física como a mais frequente nos discursos (Oliveira & Miranda, 2021, p. 345).

Mais uma vez demonstra-se as possibilidades ofertadas pela metodologia ativa para práticas pedagógicas voltadas a construção de um ambiente em que os alunos possam se sentir seguros para dialogar também. O sofrimento a que são expostos dentro das escolas fica retido na garganta, não se transforma em palavras. Isso dificulta a percepção dos indivíduos sobre a dor, provocando sufocamentos que podem reverberar em ações agressivas, sem qualquer reflexão. Daí também cada vez mais importante proporcionar esses espaços de acolhimento, escuta e, sobretudo, de elaboração reflexiva sobre o cotidiano da escola.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar como as metodologias ativas de ensino-aprendizagem podem contribuir na compreensão e no combate ao fenômeno da violência letal dentro das escolas. Dessa senda, tanto a bibliografia revisitada, quanto as fontes que serviram de base para responder ao problema desta pesquisa, apontaram para questões fundamentais sobre o tema da violência letal dentro das escolas.

O tema ainda é pouco explorado pela literatura. Apesar de diversos trabalhos contemplarem a dimensão da violência escolar, poucos tomam como objeto de pesquisa a cultura de morte e os massacres nas escolas. Tal escassez pode estar associada a ideia difundida na sociedade de que esses atos são raros no Brasil.

Contudo, desde 2002 que os massacres nas escolas assumem proporções gravíssimas no país. Nos últimos tempos, temos assistido a uma onda de violência e manifestações de discursos de ódio, principalmente na internet, espaço de dimensões catastróficas, onde os criminosos se sentem ainda mais confortáveis, em razão do anonimato e do alcance.

Daí também que, se apropriar dos espaços possibilitados pela *Web* é de fundamental importância para se construir alternativas. Nesse sentido, a internet não se constitui apenas uma ferramenta, como também um objeto que deve ser submetido ao crivo analítico do pesquisador.

A pesquisa evidenciou que as metodologias ativas comprovaram sua capacidade e efetividade no que tange a promover um espaço de ação reflexiva, diálogo, escuta e debates, elementos fundamentais para o enfrentamento da violência letal na escola. Isso porque esse fenômeno não envolve apenas um fator determinante, mas ele abrange um conjunto de variáveis sociais, culturais, educativas e midiáticas.

Nesse sentido, chama-se atenção para uma articulação mais próxima entre tais estratégias pedagógicas e as iniciativas em conjunto com a família. É fundamental que pais ou responsáveis também participem ativamente dos processos de formação escolar dos

filhos e se envolvam com o cotidiano jovens. Não significa serem invasivos, mas atuarem como canal de diálogo efetivo para escuta, acolhimento, orientação e monitoramento.

Embora as escolas sejam lugares privilegiados de interação e sociabilização entre os indivíduos, também são espaços para a reprodução de violências. O mesmo ocorre com o seio familiar. Essa articulação entre família e escola possibilita que aprendam uma com a outra a lidar melhor com os desafios.

7. REFERÊNCIAS

- Abramovay, M., Castro, M. (2005). Cotidiano das escolas: entre violências. Ministério da Educação: Brasília.
- Abreu, T.O.A; & Souza, M.B. (2017). A influência da internet nos adolescentes com ações suicidas. *Revista Sociais & Humanas*, 30(1): 158-173.
- Amaral, L.B.O., Martins, E.S., Silva, G.M.M. (2020). Metodologias ativas de aprendizagem: questionamentos sobre a utilização do RPG no ensino de línguas estrangeiras. *Revista Eletrônica do Netli*, 9(1): 31-43.
- Andrade, M.M.A. & Frutuoso, L.R. (2022). Relato de uma experiência no enfrentamento de um caso de bullying com jogos teatrais como metodologia ativa para a resolução de conflitos. *Revista Crítica Genética*, 48: 56-74.
- Bonamigo, I.S. (2008). Violências e contemporaneidade. *Rev. Katál*, Florianópolis, 11(2): 204-213.
- Braga, L.L. & Dell'Aglio, D. (2012). Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. *Estudos de Psicologia*, 17(3): 413-420.
- Brasil (2015). Lei n.º 13.185, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acessado em 17 de abril de 2023.
- Brasil (2016). Lei n.º 13.277, de 29 de abril de 2016. Institui o dia 7 de abril como o dia nacional de combate ao bullying e à violência na escola. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13277.htm. Acessado em 10 de abril de 2023.
- Brasil (2018). Lei n.º 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm. Acessado em 15 de abril de 2023.
- Côrrea, A. (2019). As medidas adotadas nos EUA para combater massacres em escola. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47578129>. Acessado em: 15 de abril de 2023.
- Cunha, M.B. et al. (2022). Metodologias ativas: em busca de uma caracterização e definição. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3885/7289>. Acessado em 13 de abril de 2023.

Dahlberg, L.L. & Krug, E.G. (2007). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(Sup): 1163-1178.

De Lima, W. S. & Ventura, A. A. O. (2019). Fatores preditivos da prevalência de ataques em massa e correlações com o ambiente educacional e a segurança universitária: lições da experiência norte-americana. Relatório de Inteligência para ampla divulgação – RI n.º 01 (Série: A ameaça do ato violento letal em massa contra ambientes educacionais brasileiros). Recife-PE: UFPE; UFRPE, ago. 2019.

Drysdale, D., Modzeleski, W. & Simons, A. (2010). Campus Attacks: Targeted Violence Affecting Institutions of Higher Education. U.S. Secret Service, U.S. Department of Homeland Security, Office of Safe and Drug-Free Schools, U.S. Department of Education, and Federal Bureau of Investigation, U.S. Department of Justice. Washington – E.U.A.: 2010. Domínio Público, Relatório Oficial do Governo dos Estados Unidos.

Faraj, S.P. et al. (2021). Enfrentando o bullying na escola: experiência de intervenções no combate à violência. *Aletheia*, 54(2): 165-172.

Furtado, J. Indisciplina, violência escolar e metodologias ativas. (2020). *Revista Escola Particular*, São Paulo, 24 (264): 30-32.

Garcia, M.B.O., Oliveira, M.M. & Plantier, A.P. (2019). Interatividade e mediação na prática de metodologia ativa: o uso da instrução por colegas e da tecnologia na educação médica. *Rev. Bras. Educ. Med.*, 43(1):87-96.

Gil, A.C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.

Gomes, G.M.R.B., Rodrigues, C.A., Beretta, R.C.S. & Rezende, R.M. (2020). As metodologias ativas de ensino no enfrentamento à violência escolar. *Braz. J. of Develop.*, 6 (9):70882-70895.

Gonçalves, J.R.; & Oliveira, L.R.G. (2020). A ineficácia da punibilidade do *cyberbullying* no Brasil. *Revista Educar Mais*, 4(2): 308-319.

Kappel, V.B., Gontijo, D.T., Medeiros, M. & Monteiro, E.M.L.M. (2014). Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. *Revista Interface*, 18(51): 723-735.

Koury, M.G.P. (2011). Medos urbanos e mídia: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. *Revista Sociedade e Estado*, 26 (3): 471-485.

Lira, M. (2023). Governo Federal anuncia série de medidas para evitar novos ataques a escolas e creches. Disponível em: <https://jcconcursos.com.br/noticia/brasil/governo-federal-anuncia-serie-de-medidas-para-evitar-novos-ataques-a-escolas-e-creches-109701>. Acessado em 20 de abril de 2023.

Lopes, C. & Rossato, R. (2023). Quando a polícia militar vai à escola: uma avaliação de impacto do programa Escola Segura. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, 49(esp.): 1-22.

- Macedo, K.D.S. et al. (2018). Metodologias ativas de aprendizagem: caminhos possíveis para inovações no ensino em saúde. *Relato de Experiência*, Rio de Janeiro, 22(3): 1-9.
- Marques, H.R., Campos, A.C., Andrade, D.M., & Zambalde, A.L. (2021). Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. *Avaliação*, Campinas, 26(3): 718-741.
- Marques, R. (2007). Virgínia Tech: anatomia de um massacre à luz da ética da virtude. *Revista Journal Interações*, Santarém, 3(5): 72-81.
- Marques, W.R.; & Alves, L.B.M. (2022). A psicologia da educação e a prevenção/intervenção ao bullying no ambiente escolar: revisão da literatura por meio de etnografia virtual. *Revista Científica Multidisciplinar*. 3(12): 1-21.
- Menocchi, L.M. (2019). A dimensão subjetiva da atividade de mediação de conflitos nas escolas: um estudo das significações constituídos por professoras mediadoras. Tese, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, SP, Brasil.
- Mota, A.R. & Rosa, C.T.W. (2018). Ensaio sobre metodologias ativas: reflexões e propostas. *Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, 25(2): 261-272.
- Oliveira, M.L., & Miranda, C.E.S. (2021). Metodologias ativas na abordagem da violência contra crianças e adolescentes escolares. *Revista Ciência em Extensão*, São Paulo, 17: 341-349.
- Pereira, E.A., Fernandes, G. & Dell’Aglío, D. (2022). O bullying escolar na legislação brasileira: uma análise documental. *Educ. Pesqui.*, 48:1-21.
- Pinto Neto, M. (2019). Suzano: a educação na mira dos massacres lumpenradicais. *Dialogia*, 33, 178-191.
- Ponciano, E.L.T. & Féres-Carneiro, T. (2014). Relação Pais-Filhos na Transição para a vida adulta, autonomia e relativização da hierarquia. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, 27(02): 388-397.
- Quadrado, J.C. & Ferreira, E.S. (2020). Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, 23(03): 419-428.
- Rodrigues, T.H. (2017). Mídias participativas e violências extremas: uma etnografia on-line dos tiroteios em escolas. 32(94), 1-5.
- Santos, M. A. & Silva, M. T. M. (2013). Discurso do Ódio na Sociedade da Informação Preconceito, Discriminação e Racismo em Redes Sociais. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI/UNINOVE, 22., 2013, São Paulo, Anais [...]. Florianópolis: Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade, p. 82-99.
- Silva, J. S. & Ristum, M. (2010). A violência escolar no contexto de privação de liberdade. *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, 30(2): 232-247.

Silva, A.B.B. (2010). Bullying Cartilha 2010 – Justiça nas escolas. Brasília: Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Souza, L.P. (2015). A violência e a violência escolar: múltiplos olhares e diferentes formas de abordagem. Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, 20(1): 191-207.

Vieira, T.M., Mendes, F.D.C. & Guimarães, L.C. (2009). De Columbine à Virgínia Tech: reflexões com base empírica sobre um fenômeno em expansão. Psicologia: Reflexão e Crítica, 22(3): 493-501.

Wendt, G.W; & Lisboa, C.S.M. Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do *ciberbullying*. Psi.Clin., 25(1): 73-87.

Wigg, C. M. et al. (2020) The mental health of children and adolescents during the COVID-19 pandemic: a narrative review. Research, Society and Development, 9(9): 1-31

O autor

PAULO ROBERTO TAVARES

Graduado em Química, Ciências Biológicas, Geografia, Pedagogia, Ciências da Religião, Educação Especial. Mestre em educação e novas tecnologias pela Must Univesity.

E-mail: pr.tavares@unochapeco.edu.br



ISBN 978-656009058-3



9 786560 090583